



O populismo de Ernesto Laclau e o Movimento ao Socialismo

Rafael Rezende
Mestre e doutorando em sociologia
IESP-UERJ
brozrezende@gmail.com

Resumen

Desde su formación, el Movimiento al Socialismo (MAS), el partido del presidente Evo Morales, instiga una generación de investigadores en las ciencias sociales. En este trabajo, vamos a diseccionar la construcción del partido en el contexto histórico y social boliviano. Además, tratamos de interpretar la articulación política del MAS a través de la lógica populista presentada por el filósofo político argentino Ernesto Laclau. Vamos demostrar que, desde esa lógica, podemos entender cómo el MAS logró perpetrar una articulación hegemónica que permitió el surgimiento de un nuevo bloque hegemónico que llegó al poder en Bolivia.

Palabras Clave

Bolivia – Populismo – Hegemonia

Resumo

Desde a sua formação, o Movimento ao Socialismo (MAS), o partido do presidente Evo Morales, instiga uma geração de pesquisadores em ciências sociais. Neste artigo, dissecamos a construção do partido no contexto sócio histórico boliviano. Ademais, tentamos interpretar a articulação política do MAS através da lógica populista apresentada pelo filósofo político argentino Ernesto Laclau. Vamos mostrar que, a partir dessa lógica, podemos entender como o MAS conseguiu perpetrar uma articulação hegemônica que permitiu o surgimento de um novo bloco hegemônico que chegou ao poder em Bolívia

Palavras Chave

Bolívia - Populismo - Hegemonia

Introdução

Pretendemos, por meio deste trabalho, abordar a construção do Movimento ao Socialismo, na Bolívia, relacionando-a com a lógica política populista, apresentada por Ernesto Laclau. Para tal fim, iniciaremos com um breve recorrido pela história recente do país andino, destrincharemos a forma partido assumida pelo MAS e exporemos a lógica populista de Ernesto Laclau, com intuito de demonstrar sua relevância para chegada de Evo Morales ao poder. Nosso modesto objetivo nada mais é do que demonstrar as continuidades e inovações promovidas por um partido singular em um momento sócio histórico de transformações estruturais na forma e no conteúdo da política, seja em sua vertente institucional, seja em sua dimensão social.

Um breve histórico da conjuntura política e social boliviana

É impossível abordar a Bolívia contemporânea sem voltar ao relevante ano de 1952. Após a derrota na Guerra do Chaco, nos anos 1930, o país viveu duas décadas de crise na economia e no - gradualmente deslegitimado - sistema político oligárquico, que se sustentava e era sustentado pela reprodução de um rígido sistema de dominação e exclusão social. Tendo em vista a conformação do cenário de crise de média duração sem repostas suficientemente objetivas daqueles que possuíam o maior controle da máquina estatal e dos recursos simbólicos e materiais, não tardou para que houvesse algum tipo de ruptura institucional. Em 1952, iniciou-se a chamada Revolução Nacional que, segundo García Linera (2008), pariu uma nova nação. Domingues (2009) atenta para o fato daquela revolução ter sido um giro modernizador que conseguiu, em certa medida, acomodar o choque entre as novas classes médias profissionais, as novas classes trabalhadoras, os camponeses e as mulheres, bem como, mais timidamente, a população indígena. De fato, o processo revolucionário promoveu a universalização do sufrágio, a nacionalização do setor de mineração, a reforma do setor educacional, uma tímida reforma agrária e, por fim, a criação da Central Operária Boliviana (COB).

A fundação da COB, como abordaremos de forma mais aprofundada adiante, será de fundamental importância para a constituição do MAS. Por hora, é mister ressaltar que “certamente os mineiros eram a alma virtuosa da nação nascida em 1952” (GARCÍA LINERA; 2008, p. 166). Isso porque, ainda segundo

García Linera, a partir da fundação da COB, cresce no seio dos trabalhadores mineiros uma espécie de subjetividade produtiva forjada no entrelaçamento de uma narrativa fundada no drama dos massacres operários e na auto percepção de que o país existe graças ao seu trabalho. Essa subjetividade, que teve nos anos 1950 e 1960 o seu apogeu, se debilitará fortemente no final dos anos 1980 como consequência de uma série de mudanças estruturais impostas no âmbito da ascensão global e local do neoliberalismo, entretanto, sua debilidade não será o suficiente para impedir o investimento político e afetivo de uma série de trabalhadores mineiros na construção do MAS.

Entre 1964 e 1982, a Bolívia viveu uma sequência de ditaduras militares, assim como boa parte dos seus países vizinhos, no mesmo período. Após uma notável campanha de mobilização social liderada pela COB, a democracia (de tipo liberal burguesa) foi reconquistada, mesmo que lotada de limitações. O período que se seguiu ficou conhecido como “democracia pactuada”. Sem adentrarmos nos pormenores de cada governo, o que nos interessa é salientar que no referido período houve uma confluência em torno da agenda neoliberal, em maior ou menor grau, por parte dos três partidos mais tradicionais. O Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), a Ação Democrática Nacional (ADN) e Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), mesmo possuindo origens bem díspares, passaram a perfilhar o Consenso de Washington. Tal convergência programática foi possibilitada muito mais por um acordo tácito de partilha de cargos, comumente denominado “cuotéo”, do que por convicções políticas. Como consequência, o processo democrático boliviano tornou-se quase que meramente procedimental.

Antes da democracia pactuada em torno do neoliberalismo ser efetuada de fato, houve um breve ínterim nacional desenvolvimentista durante o primeiro governo do novo período democrático, exercido pela Unidade Democrática e Popular (UDP), entre os anos de 1982 e 1985. A extrema dificuldade em vencer a crise econômica herdada dos governos progressos, somada a difusão de greves, a recusa dos organismos financeiros internacionais em socorrer um governo que não seguia a cartilha do Consenso de Washington e a permanência de setores golpistas nas forças armadas, fizeram com que a UDP perdesse apoio popular e convocasse eleições antecipadas. Para muitos bolivianos, o fracasso econômico do governo da UDP – que não deve ser plenamente atribuído a ele – foi um dos pretextos para a radical virada neoliberal que seria desencadeada nos anos seguintes.

Dos tantos empreendimentos neoliberais na Bolívia, nenhum deles teve um efeito material e simbólico tão impetuoso quanto a privatização do setor de mineração. Em poucas semanas, foram demitidos aproximadamente 20.000 trabalhadores daquele setor. Estes se somaram aos cerca de 10.000 funcionários públicos e 25.000 professores rurais que perderam seus empregos nos primeiros anos de ajustes estruturais (FARTHING, KHOL, 2006). O objetivo da privatização era duplo: transferir às grandes

transnacionais o privilégio de explorar o rico solo boliviano, assim como exigia o corolário neoliberal, e golpear o outrora fortíssimo movimento sindical. As consequências econômicas e sociais foram muitas, entretanto, para os fins aqui perseguidos, vamos destacar duas delas: a morte da condição operária e o incremento de um processo de migração interna¹. Ambas consequências, como veremos mais adiante, terão relevância fulcral para a formação do MAS e para o nova articulação hegemônica forjada por ele.

O que chamamos de morte da condição operária é algo que remete muito mais a uma transmutação gradual no regime de produção e acumulação global, no qual a Bolívia está inserida, do que a uma exclusividade do país andino. Entretanto, a rapidez com que esse processo se deu na Bolívia, país de forte tradição operária, gerou sequelas mais prontamente perceptíveis do que na maioria dos outros países: o fim do sindicalismo como mediador precípua das relações entre Estado e sociedade e da identidade de classe construída em torno dos elementos técnicos, políticos e culturais da condição operária (GARCIA LINERA, 2008). Veremos, posteriormente, que a subtração da identidade operária enquanto centro articulador do campo de esquerda possibilitou que a identidade indígena passasse a ocupar tal espaço, promovendo, como consequência, a formação de um bloco histórico de novo tipo.

Quando apontamos o brutal incremento do processo de migração interna na Bolívia como uma importante consequência da privatização do setor de mineração, estávamos mais preocupados com as consequências políticas, econômicas e sociais da imigração do que com o ato em si de deslocar-se territorialmente. É sabido que uma considerável parcela dos mineiros desempregados encontrou na lavoura da coca uma alternativa possível para a própria subsistência. Em razão disso, esses mineiros foram buscar no departamento de Cochabamba, geralmente na província de Chapare, um pedaço de terra para o cultivo. Tal processo de deslocamento humano fez com que camponeses/indígenas entrassem em contato com os antigos mineiros e suas tradições organizativas que, somadas às tradições comunitárias daqueles, impulsionou um movimento amplo de sindicalização que foi crucial para a reorganização dos setores populares que ocorreria, não necessariamente de forma continuada, nas décadas seguintes.

Neste ponto cabe um breve parêntese sobre a criação e o incremento da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB). Criada em 1979, por meio de um congresso convocado pela COB, a CSUTCB obteve um forte impulso quantitativo e qualitativo a partir de meados dos anos 1980, em parte devido ao processo de imigração interno na Bolívia e ao crescimento do plantio de coca. A novidade representada pela CSUTCB foi a organização sindical camponesa não só nos marcos

¹ Victor Vacaflares afirma que, desde 1985, quando foi iniciado o giro neoliberal boliviano, mais de 100.000 homens e mulheres migraram dentro do território nacional do país andino. Ver VACAFLORES, V. Migración interna e intraregional en Bolivia Una de las caras del neoliberalismo. Ponencia presentada en la Conferencia regional "Globalización, migración y derechos humanos", organizada por el Programa Andino de Derechos Humanos, PADH. Quito - Ecuador. Septiembre 16, 17 y 18 de 2003

classistas, mas também identitários. Como afirmado em um documento intitulado “Processo histórico da CSUTCB”², “a CSUTCB tem um discurso pró indígena originário, mas uma organização, todavia, muito apegada ao modelo sindical-classista”. Ora, a assunção da confluência de identidades étnicas e de classe será uma das mais expressivas novidades que serão operadas no âmbito da articulação contra hegemônica da qual o MAS é a expressão institucional.

A década de 1990 não apresentou grandes oscilações, no que tange a adesão dos governos bolivianos ao projeto neoliberal. A “democracia pactuada” continuou vigorando e a mercantilização das mais distintas esferas da vida, elemento fundamental do neoliberalismo, avançou numa velocidade jamais antes vista. As novidades mais significativas foram: o crescimento das mobilizações sociais iniciadas pela Marcha pela vida (1986) e continuadas através da Marcha por Território e Dignidade dos Povos Orientais (1990) e da comemoração do 5º centenário do início da colonização espanhola (1992), desembocando, ao fim, na célebre Guerra da Água (2000); e o nascimento da Lei de Participação Popular (LPP).

O aparecimento de um novo ciclo de protestos é, do ponto de vista de quem está abordando o nascimento de um partido situado no campo da esquerda, algo obviamente relevante. As gramáticas e as práticas forjadas nas lutas sociais, as articulações discursivas, as demandas engendradas e as projeções políticas do referido ciclo, sem dúvida se manifestaram na organização e na prática do MAS. Naquele momento, o neoliberalismo era o inimigo prioritário e a identidade indígena-camponesa era o centro ao redor do qual se organizava o campo de resistência. Por outro lado, quando falamos das mudanças institucionais, a importância da LPP nos parece menos óbvia, mas não menor. A LPP, em poucas palavras, foi uma descentralização administrativa que transferiu aos municípios recursos, atribuições e certo grau de autonomia³. Como consequência, verificou-se um incremento da participação popular na política institucional e do associativismo em nível local, cujo o crescimento foi especialmente expressivo nas áreas rurais (ZUAZO, 2009).

Por fim, o novo milênio começou extremamente conflituoso na Bolívia: o ciclo de protestos chegava ao seu auge e não poucos militantes pagaram com suas vidas; a crise de legitimidade do sistema político boliviano era imensa; o crescimento econômico era baixo e não refletia em melhorias concretas para a vida da maior parte da população. O desemprego, por exemplo, passou de 3% em 1994, para 13%

²O documento pode ser acessado no site da CSUTCB pelo link
http://web.archive.org/web/20100802115624/http://www.csutcb.org/apc-aa-files/documentos/items/Proceso__Hist_rico_de_la_CSUTCB.pdf

³Garcia Linera (2008) afirma que é importante ressaltar que a descentralização foi apenas administrativa e não política.

em 2003 (HUANCA, 2003). Uma conjuntura desse tipo, dificilmente não desencadearia uma ruptura política - por dentro da institucionalidade ou não. Acreditamos que a existência do MAS, juntamente com outros fatores menores, propiciou que o descontentamento da população pudesse ser canalizado pelas via institucionais e que, em 2006, Evo Morales fosse democraticamente eleito presidente da Bolívia.

O Movimento ao Socialismo

A fundação do MAS, longe de ser um evento simples e espontâneo, foi um processo complexo que demandou tempo, mobilização e *virtú* política por parte de suas lideranças. Já em 1992, em uma sessão da Assembleia dos Povos Originários, Evo Morales defendeu a criação de um “instrumento político”, sofrendo dura oposição do grupo indígena katarista, que refutava a participação dos seus pares nas instituições então existentes, que, segundo eles, seriam coloniais e colonizadoras (SIVAK, 2008). Em 1995, durante o I Congresso sobre Terra, Território e Instrumento Político, que contou com a participação de uma série de movimentos sociais e sindicais, foi fundada a Assembleia pela Soberania dos Povos (ASP), embrião do que futuramente viria a ser o MAS. Entretanto, a vida não seria nada fácil para o ASP: o partido não pôde disputar as eleições de 1997, uma vez que a Corte Nacional Eleitoral não validou o seu registro, o que não impediu que parte dos seus quadros participassem do pleito por meio de uma frente de esquerda, encabeçada pelo Partido Comunista Boliviano. Tal processo terminaria com Evo Morales eleito pela primeira vez para o parlamento Boliviano, mas também com um racha no ASP a partir do qual Morales seria expulso, levando com ele o grosso da base social do partido.

Após sair do ASP, o carismático líder aimará fundou o Instrumento Político pela Soberania dos Povos (IPSP), que futuramente se vincularia com Movimento para o Socialismo Unzaguista (MAS-U), fundando assim o IPSP-MAS. É mister ressaltar que essa vinculação se deu para evitar que mais uma vez os movimentos sociais bolivianos fossem impedidos de participar das eleições. Na prática, o MAS-U cedeu quase nada mais do que sua sigla, uma vez que a maioria dos militantes e da orientação ideológica que abasteceu o novo partido era oriundo do IPSP⁴.

Se observarmos a história recente da Bolívia, quais dos eventos ou processos podemos considerar impulsionadores do nascimento do MAS? Zuazo (2009) nos diz que são quatro fatores: a clivagem campo-cidade, que atualiza a origem colonial do Estado boliviano e confere ao indígena/camponês uma cidadania de segunda classe; a crise do modelo econômico neoliberal; a crise de representatividade, que

⁴ O MAS-U, originalmente era uma fração de uma agrupação de extrema direita chamada Falange Socialista Boliviana. Para se desvincular do seu passado ideológico, o “U” foi retirado da sigla.

acometeu os partidos políticos tradicionais; o processo de municipalização relacionado com a tímida emergência de uma cidadania global (entrelaçamento local-global). Já Pereira da Silva (2011), com uma mirada voltada para os processos internos da esquerda boliviana, afirma que a criação do MAS é uma opção estratégica fruto de um contexto de ascensão do neoliberalismo e de derrocada da esquerda tradicional, o que acabou por exigir uma adaptação ideológica dos partidos nacionalistas e da esquerda moderada. Mais profunda e abrangente é a defesa de Garcia Linera (2008) de que a formação desse instrumento político, que serve como prolongamento dos movimentos sociais, foi uma exigência de um cenário que combinou reconfiguração das classes sociais, dos modos de dominação política e das resistências, juntamente com uma dupla crise do Estado boliviano, que acabou por gerar um divórcio e um antagonismo entre o mundo político, suas instituições e o fluxo de ações das organizações civis. A crise do estado boliviano, para Garcia Linera, é dupla pois inclui uma dimensão de curta duração e uma de longa duração. A primeira está relacionada com a configuração neoliberal do Estado, enquanto a segunda “tem a ver com uma deterioração radical e questionamento das certezas societárias, institucionais e cognitivas que atravessa de maneira persistente os distintos ordenamentos estatais da vida republicana (...)” (GARCIA LINERA; 2008, p. 334).

Uma vez tendo feito esse breve recorrido pela história da formação do MAS, chegamos, enfim, ao cerne desta fração do trabalho: a exposição da forma e do conteúdo do MAS. Para guiarmos nossa pesquisa, é de fulcral importância iniciarmos com a mais simples das questões: o que é o MAS? Para responder tal interrogação, precisamos verificar como o partido se organiza, quais são suas orientações ideológicas e quais suas bases sociais. Desde já esclarecemos que dificilmente será possível encaixar o MAS em qualquer categorização tradicional sobre partidos políticos, tendo em vista sua singularidade histórica, o que não quer dizer que não possamos evidenciar características que o conectem com diferentes tipologias.

Em primeiro lugar, devemos nos questionar: o que é um partido? Segundo a tradicional definição oferecida por Duverger (1970), são organizações com larga base de apoio que objetivam conquistar o poder - aqui entendido como gestão do aparato estatal - ou compartilhar o seu exercício. Ainda segundo o cientista político francês, os partidos políticos podem ser encaixados em três ideais tipos: o partido de quadros, oriundo de agrupamentos parlamentares e com bases ideológicas e sociais pouco estruturadas; o partido de massas, surgido da ampliação do sufrágio, com estrutura de organização e ideologias mais bem definidas e de razoavelmente forte coesão interna; os partidos de fiéis, este pensado como os tradicionais partidos leninistas. Sendo assim, em qual desses tipos se encaixa o MAS? Acreditamos que em nenhum deles. O modelo apresentado por Duverger, apesar de sofisticado, não resistiu ao tempo e a expansão da

democracia liberal para as periferias do mundo.

O MAS tampouco pode ser encaixado em outras importantes tipologias produzidas pela ciência política, como o partido catch-all, de Kirchheimer, o profissional eleitoral, de Panebianco e os partidos de cartel, de Katz e Mair. Nestes casos, o problema não é (ou não só é) a incontornável prova do tempo ou a mirada eurocentrada dos autores, mas principalmente a função primordial do partido boliviano. Se voltarmos a definição oferecida por Duverger, veremos que o MAS só se adequa a ela parcialmente, pois obviamente ele almeja o poder, mas apenas como instrumento dos movimentos sociais. É mister ressaltar que boa parte dos quadros do MAS prefere, seja pela sua gênese basista, seja pela repulsa que parte da população nutre em relação aos partidos tradicionais, designar o MAS como “instrumento político dos movimentos sociais”. Sobre a organização do MAS e sua possível categorização, Pereira da Silva nos diz que:

com sua estrutura heterodoxa, que conjuga em doses variáveis ação direta com institucional, organizações sociais sindicais e comunitárias com estrutura partidária, levando a discussões inconclusas acerca do caráter legal de alguns dos seus atos e se ele é efetivamente um partido, um movimento, um “instrumento político”, etc. Tal debate não é tão intenso entre seus próprios membros já que a maioria desde o princípio o considera um “instrumento político” dos movimentos sociais, uma espécie de braço político eleitoral das organizações que o integram – como o partido geralmente se apresenta. É interessante notar que os militantes oriundos dos movimentos camponeses e indígenas tendem a definir o MAS como instrumento dos movimentos sociais e dos povos originários, enquanto seus integrantes oriundos de movimentos urbanos e de experiências de esquerda tradicional tendem a qualificá-lo como um partido popular ou de esquerda. (PEREIRA DA SILVA; 201, p. 95)

Uma outra tentativa de categorização do MAS foi engendrada por Simões Reis (2013) em sua tese de doutoramento. O cientista político, de forma bastante original, afirma que o MAS pode ser classificado como um partido social democrata. Para o autor, um partido social democrata é aquele que persegue o socialismo respeitando os limites das possibilidades e age no intuito de alterar tais limites. Ademais, argumenta ele, a social democracia não tem correspondência direta com o nível de radicalidade política de um partido, mas sim com meio adotado para exercer poder: para ser considerado social democrata, ele deve necessariamente dar centralidade ao caminho institucional, da democracia eleitoral e parlamentar.

Tendo em vista os pressupostos que Simões Reis apontou serem necessários para qualificar um partido enquanto social democrata, não há como negar que o MAS se encaixa na referida categorização. Entretanto, acreditamos que a social democracia, da maneira como foi apresentada por Simões Reis, tornou-se uma categoria analítica muito ampla. Na contemporaneidade, poucos são os partidos de

esquerda que não apresentam tal padrão. Sendo assim, não contradizemos o argumento apresentado pelo autor, porém acreditamos que ele não consegue dar conta por completo da complexidade organizativa e ideológica do nosso objeto. Um segundo problema em relação a essa categorização diz respeito ao imaginário produzido acerca do termo “social democrata”. É sabido que tal termo invoca imediatamente, na enorme maioria das pessoas, um imaginário relacionado com uma esquerda europeia, muito fixada no século XX, que, hoje, abandonou, de fato, o horizonte socialista, o que, sabemos, não é o caso do MAS.

Uma saída - que pode acabar soando acovardada, mas na verdade é a mais honesta - pode ser a recusa das simplificações tipológicas. Até mesmo pelo caráter ímpar do MAS, acreditamos que antes de formular qualquer tipologia na tentativa de lhe encaixar, seria mais profícuo uma apresentação geral das suas qualidades ideológicas e organizativas.

Em primeiro lugar, precisamos explicitar que, apesar do seu inegável caráter de instrumentos dos movimentos sociais, o MAS é sim um partido político: possui organização própria, ideologia e atua, efetivamente, como um instrumento de mediação entre Estado e sociedade. Partindo dessa assunção, estamos de acordo como Pereira da Silva quando o mesmo afirma que o MAS possui uma heterodoxia organizativa e uma dualidade estrutural. Esta última, evidenciada na dicotomia entre as estruturas herdadas dos movimentos e a nascente estrutura de candidatos e funcionários eleitos. Outrossim, uma segunda dualidade se dá entre as organizações urbanas, que possuem uma formatação mais ocidental, e as organizações rurais, que frequentemente mesclam elementos ocidentais e comunais originários em suas formações.

O conteúdo ideológico do MAS, ao nosso ver, enfatiza uma interessante tendência da esquerda no século XXI: o transbordamento da política para além das fronteiras de classe. Isto é, o não abandono do componente classista, mas a articulação deste com elementos étnicos indentitários trans classistas. Como veremos na subsequente fração deste trabalho, tal transbordamento faz parte do que chamamos de lógica populista, uma articulação de distintas demandas (no caso, classistas, indígenas, camponeses, feministas, etc.) com intuito de criar um bloco hegemônico. A referida lógica política, de forma alguma altera o horizonte socialista abraçado pelo MAS, tampouco sua colocação no campo do que podemos chamar de esquerda democrática. A lógica populista, dentro de uma noção gramsciana de guerra de posições, auxilia o estabelecimento de trincheiras mais sólidas na luta para alcançar o horizonte estabelecido pelo ator político.

Em suma, mais uma vez concordando com Pereira da Silva, podemos dizer que o MAS é um partido/instrumento político movimentalista/étnico congressual, organizativamente heterodoxo, de razoavelmente baixa institucionalização e integração ao sistema. A soma de todas essas características,

empiricamente, produz uma formação político inovadora, em alguns sentidos, e que tem proporcionado à Bolívia uma experiência de governo única e relativamente bem-sucedida.

A lógica populista do MAS

Há muito que uma conotação extremamente pejorativa foi conferida ao termo populismo. Este é, quase sempre, mobilizado para desqualificar partidos, governos e políticas públicas dos quais o analista guarda discordância. Entretanto, o que exatamente é populismo?

A termo populismo surgiu no Império Russo, no final do século XIX, através de um movimento socialista romântico que pregava um retorno ao campo e às tradicionais comunas rurais russas. Os *narodniks*, como eram chamados, nada tem a ver com a noção de populismo posteriormente cunhada na América Latina. Esta, apresentada por Gino Germani (1978), originalmente fazia referência a governos surgidos em períodos de transição política – naquele momento Germani pensava no giro modernizador que ocorria na Argentina –, entretanto o autor jamais promoveu uma exploração realmente sistemática sobre tal categoria. No Brasil, a noção de populismo foi difundida por Weffort (1978). O cientista político paulista argumentava, basicamente, que o governo populista era aquele que manipulava as massas, através de pontuais concessões, que acabavam por obscurecer a consciência de classe do povo. Sem adentrar nas inúmeras críticas que poderíamos engendrar sobre essas proposições, especialmente sobre o caráter essencialista que Weffort confere à classe trabalhadora, queremos nos distanciar, concomitantemente, das abordagens normativas sobre o populismo e da sua tradicional caracterização como tipo de governo.

Traremos, nas linhas subsequentes, uma outra mirada, nada ortodoxa, sobre o que é o populismo. Para tal fim, nos apoiaremos na obra do filósofo político argentino Ernesto Laclau. Desde já adiantamos que, ao contrário do que fez Germani e Weffort, encararemos o populismo como uma lógica política, podendo servir aos fins mais diversos, seja dos assim chamados, campo de esquerda, ou campo de direita. Sendo que, ao contrário do que se pensa costumeiramente, o populismo não tem nada de retrógrado, mas é, sim, a lógica política que possui mais capacidade de responder aos desafios apresentados por sociedades em acelerado processo de complexificação, como o que podemos observar na contemporaneidade.

Para bem abordarmos a obra de Laclau, é imprescindível um breve retorno às ideias medulares de Gramsci (1999 -2002), pois elas constituem o ponto de partida da referida obra. O teórico marxista italiano teve como principal contribuição o rompimento com o economicismo e o mecanicismo

preponderantes no início do século XX, assim como um avanço no que podemos considerar uma Teoria Marxista do Estado. Para o nosso estudo, o que interessa é, primordialmente, a percepção que Gramsci teve sobre o processo de complexificação pelo qual passavam boa parte das sociedades ocidentais e suas consequências para as disputas políticas.

O italiano, de um ponto de vista marxista revolucionário, notou que, o caminho para o socialismo não era necessário ou linear, mas sim contingente e tortuoso. Indo - mesmo que indiretamente - contra o economicismo vigente na III Internacional, Gramsci alegava que em sociedades ocidentais, nas quais a sociedade civil fora razoavelmente desenvolvida, era necessário estabelecer uma estratégia do tipo “guerra de posições”, ou seja, de gradual avanço sobre as estruturas do Estado (ampliado). Para tal fim, seria necessário não só mirar a infraestrutura (sistema da economia), mas também a superestrutura (sistema da cultura, identidade, etc.). Nesta última, seria preciso estabelecer uma disputa de hegemonia, isto é, estabelecer uma liderança intelectual e moral da sociedade que a guie rumo ao socialismo. Em outras palavras, trata-se de construir uma nova forma de relações sobre o terreno da ideologia⁵.

Ernesto Laclau percebe, na obra de Gramsci, um potente arsenal que poderia lhe ser de grande auxílio no desafio de interpretar as sociedades no capitalismo avançado. A partir da superação da velha noção de hegemonia como aliança de classes, Laclau, com sua companheira, Mouffe (2010), passa a pensá-la como uma lógica política. Para tal, foi preciso conceber a sociedade com uma totalidade jamais alcançável, precária e produtora de exterioridades, estas últimas, em relação de antagonismo com o lado de dentro. Mas, na prática, o que isso significa? Significa a afirmação da impossibilidade do fechamento do social e do antagonismo como parte indispensável da política⁶.

Uma segunda proposição fundamental da obra de Laclau é a existência de cadeias de diferença e cadeias equivalência. O argentino afirma que, em sociedade cada vez mais complexa, as identidades - precárias, flutuantes e discursivamente construídas – tendem a produzir diferenciações entre os indivíduos, classes e grupos sociais. A lógica hegemônica é, exatamente, a articulação dessas diferenças em torno de uma cadeia relacional que passe equivaler as distintas posições: uma cadeia de equivalência.

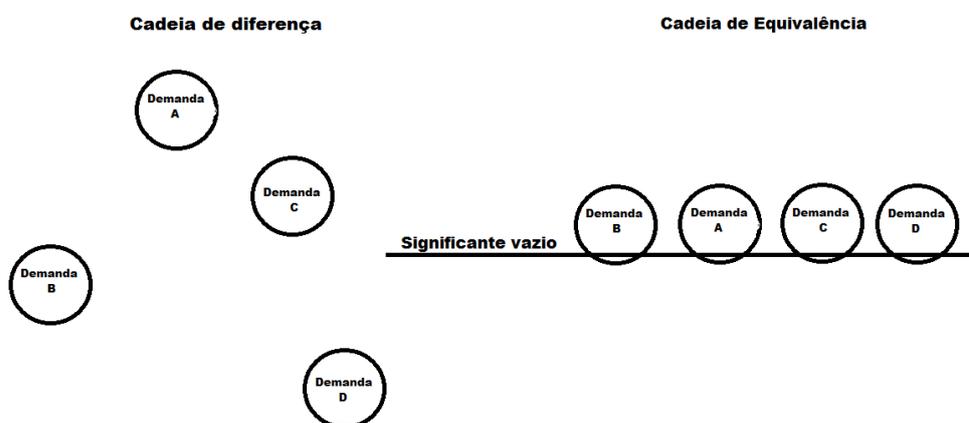
⁵ É importante notar que o conceito de ideologia, para Gramsci, é bastante distinto do usual. Quando Weffort, por exemplo, alega que o populismo obscurece a consciência de classe, ele entende a mesma como algo estático e pré-definido. Se a consciência de classe foi obscurecida, o ator passa a estar acometido pelo mal da ideologia (entendida como falsa consciência). Ora, segundo a sofisticada proposta do filósofo italiano, a ideologia “é um todo orgânico e relacional, encarnado em aparatos e instituições, que se fecha em torno de certos princípios articulatórios básicos da unidade de um bloco histórico” (LACLAU, MOUFFE, 2010. p. 101)

⁶A defesa de Laclau e Mouffe do antagonismo como elemento da lógica política hegemônica não está relacionada com a oposição amigo versus inimigo fundada por Carl Schmitt. A exteriorização de uma parcela do social não significa a eliminação deste, como propôs o teórico alemão. Para evitar tal desentendimento, posteriormente Mouffe substituirá a noção de antagonismo pela de agonismo.

Sobre as equivalências, vejamos o que diz Laclau e Mouffe:

Vemos que a lógica da equivalência é uma lógica da simplificação do espaço político, enquanto que a lógica da diferença é uma lógica da expansão e complexificação do mesmo. Tomando um exemplo comparativo da linguística, poderíamos dizer que a lógica da diferença tende a expandir o polo sintagmático da linguagem, o número de posições que podem entrar em uma relação combinatória e, como consequência, de continuidades umas com as outras; enquanto a lógica da equivalência expande o polo paradigmático – quer dizer, os elementos podem substituir uns aos outros -e deste modo reduz o número de posições combinatórias possíveis. (LACLAU, MOUFFE; 2010, p. 174)

Nos cabe então questionar: quem, o que e/ou como se articula uma cadeia de equivalência? Laclau, desta vez sem Mouffe, em seus trabalhos mais recentes (2011; 2013), recorrerá à categoria psicanalítica do significante vazio. O pulo do gato será compreender que as lutas sociais isoladas, em uma cadeia de diferença, podem ser penetradas por uma significação vazia, ou seja, um significante sem significado que através da sua ambiguidade pode fazer com que a função equivalencial se sobreponha à função diferencial.



A esta altura o leitor já deve estar se questionando o que tudo isso tem a ver com o populismo. Explicamos: a lógica populista necessariamente carece de uma cadeia de equivalência para operar a passagem da *plebes* ao *populos*, a produção discursiva do povo. Além disso, Laclau também afirma ser necessário uma divisão da sociedade em dois campos (e aqui vemos a operação antagonista) e a consolidação de uma identidade popular que sustente a cadeia de equivalência e, ao mesmo tempo, seja mais do que só uma soma dos laços de equivalência.

Pois bem, tendo dito isto, nos resta esclarecer porque o MAS pode ser considerado populista. Em primeiro lugar, ressaltamos que toda e qualquer política, para Laclau, se divide entre populista e institucionalista, sendo que a primeira age no sentido de promover mudanças estruturais e a segunda no sentido de conservar o estado das coisas, uma vez que toda instituição é um congelamento de uma dada correlação de forças na sociedade. Ou seja, o populismo, enquanto lógica política, da forma que apresentamos aqui, é muito mais corriqueiro do que o senso comum poderia imaginar. Em segundo lugar, a escolha do MAS como exemplo não foi nada aleatória. O partido sempre se apoiou em um forte apelo à representação do povo e do popular, promovendo sempre o antagonismo com o campo exteriorizado (o neoliberalismo, o imperialismo, o racismo, etc.). Em terceiro e último lugar, vemos que o MAS jamais reduziu seu discurso à uma mera representação de classe, mas sim o ampliou trazendo para o seu campo as identidades indígenas, camponesas, mineiras e tantas outras.

Um bom exemplo sobre como atuam os significantes vazios nos é oferecido por Errejon Galvan (2012). Vejamos uma das principais palavras de ordem do movimento cocalero, que fazia parte dos quadros do MAS: “viva a coca, morram os yankees”. Esta demanda, a princípio, particular, logo se assumiu universal encarnando uma série de demandas como a defesa da soberania nacional, a exaltação dos povos indígenas e a recusa ao neoliberalismo. Trata-se de parte de um processo de apropriação política discursiva de termos ou palavras de ordem que são vividos espontaneamente, como parte da vida diária, lhes conferindo sentidos explicitamente políticos dentro de uma oposição antagonista.

O leitor deve ter estranhado que, até o presente momento, não abordamos a questão a liderança carismática, algo fulcral nas tradicionais análises sobre o populismo. Pois bem, é inequívoco o papel da liderança de Evo Morales na articulação hegemônica promovida pelo MAS, na Bolívia. Costumeiramente, as análises normativas condenam esse tipo de liderança, entretanto, para nós, ela é positiva, mesmo que não necessariamente. Isto porque, quanto maior é uma cadeia de equivalências, mais vazio deve ser o significante para sustentá-la. No entanto, esse significante, precisa passar por um processo de transferência da ordem conceitual para a ordem nominal, transformando o todo em singular. Laclau, sobre isso, diz se aproximar da ideia hobbesiana sobre o Leviatã:

em princípio não existe motivo pelo qual um corpo coletivo não possa desempenhar as funções do Leviatã; porém sua própria pluralidade mostra que ele está em conflito com a natureza indivisível da soberania. Assim, para Hobbes, o único soberano natural seria um indivíduo. A diferença entre essa situação e a que estamos discutindo é que Hobbes fala de um governo efetivo, enquanto estamos falando e constituindo uma totalidade significativa, e esta não leva automaticamente à primeira (LACLAU; 2013, p. 159-160)

Um segundo ponto que Laclau nos coloca sobre a liderança é a operação em mão dupla da representação, onde o representante representa o representado e vice-versa. Alguém poderia questionar que se a representação do representante pelo representado (de cima para baixo) prevalecesse sobre a representação do representado pelo representante (de baixo para cima), estaríamos, então, sob um regime não democrático. Contra esse argumento, Laclau afirma que são raras as vontades solidificadas e que estas podem e devem ser produzidas também em relação com o representante, o que em nada afeta diretamente a qualidade da democracia. Portanto, a relação do Evo Morales com o povo discursivamente instituído na Bolívia é um mecanismo de mão dupla onde o povo se faz representar através da sua liderança, mas também representa essa liderança enquanto povo.

Conclusão

Vimos que a história recente da Bolívia, longe de possuir um desenvolvimento linear, foi lotada de descontinuidades e inovações que, de certa forma, expõem parte da complexidade que faz da América Latina um subcontinente único, dinâmico e labiríntico, no que tange as suas formações políticas, culturais e sociais. Dentro da nada usual política boliviana, o MAS surgiu mesclando elementos tradicionais, modernos, ocidentais e comunitários com vistosa habilidade. Na prática, atuando como um instrumento dos movimentos sociais e partido político, ao mesmo tempo, o MAS logrou ampliar a cidadania e os direitos à uma parcela outrora marginalizada da população, por meio da qualificação da democracia e do incentivo a participação política. Para tal fim, a lógica populista foi de fundamental importância, tendo em vista a necessidade de articular distintas identidades em torno de um projeto de refundação nacional. Em suma, tratamos de pensar um país, um partido e uma lógica política que muito tem a dizer a um mundo em intenso processo de transformação.

Bibliografia

- DOMINGUES, José Maurício. *A América Latina e a modernidade contemporânea: uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- ERREJON GALVAN, I. *La lucha por la hegemonía durante el primer gobierno del MAS en Bolivia (2006-2009): un análisis discursivo*. 2012. 656 f. Tese (doutorado em ciência política) - Universidad Complutense de Madrid, 2012.
- FARTHING, Linda. KOHL, Benjamin. *Impasse in Bolivia: neoliberal hegemony and popular resistance*. London: Zed Books, 2006.
- GARCÍA LINERA, Álvaro. *La potencia plebeya: acción colectiva e identidade indígenas, obreras y populares em Bolivia*.



Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina
ISBN: 978-85-7205-159-0

Buenos Aires: Prometeu Libros y CLACSO, 2008.

GERMANI, Gino. *Authoritarianism, Fascism and national Populism*. New Jersey: Transaction Books, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.

HUANCA, Efrain. *Economía bolivia: evaluación del 2003 y perspectivas para el 2004*. La Paz: CEDLA, 2003.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. CHANTAL, Mouffe. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. 3ªed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

PEREIRA DA SILVA, Fabricio. *Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.

SIMÕES REIS, G. *Ainda a social-democracia?: Rediscutindo e aplicando o conceito a partidos competitivos da América do Sul e da Europa*. 2013. 316 f. Tese (doutorado em ciência política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 2013.

SIVAK, Martín. *Jefazo: Retrato íntimo de Evo Morales*. Buenos Aires: Debate, 2008.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

ZUAZO, Moira. *¿Cómo nació el MAS? La ruralización de la política en Bolivia*. La Paz: Fundación Ebert, 2009